

À GUIA DAS QUESTÕES DE TERRITORIALIDADES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

AS A GUIDE TO TERRITORIALITY ISSUES IN THE AREA OF RURAL EDUCATION

Sílvio Domingos Mendes da Silva*

RESUMO: As questões de identidades do campo precisam ser construídas a partir das especificidades dos povos do campo, tomando como partida o esclarecimento que o reconhecimento de suas identidades deve-se voltar primeiramente ao entendimento de que hoje o rural é outro, exigindo novas políticas e novos tratamentos. Enquanto educadores, precisamos partir para construção de uma educação específica, tendo como base as raízes culturais, seus modos de vida, a relação com o meio natural e a realidade cotidiana de cada comunidade, o que obrigatoriamente nos remete à análise do território. Uma forma de se pensar esta situação é via políticas públicas que objetivem a manutenção da territorialidade, tradições, festas, culinária, dentre outras manifestações. Este texto visa analisar as condicionantes de territorialidades que possibilitam a sustentabilidade dos povos do campo em suas comunidades e que possam ser transformadas em políticas públicas a partir de práxis dos sujeitos nos processos de discussões. Pretende-se observar algumas condições territoriais que influenciam na permanência da população do campo em suas comunidades, das condições de participação, o desenho participativo, vontade política e as demandas das populações para a esfera de elaboração de políticas públicas que visam a melhoria das condições gerais em suas localidades, a partir de uma análise do papel que o Estado desempenha enquanto sujeito do processo na elaboração de políticas públicas, da sustentabilidade dos povos do campo, no campo. Por último, ponderar o papel que a Educação do Campo desempenha nas proposições de políticas voltadas à sustentabilidade dos diferentes povos no campo.

Palavras-chaves: Território; Territorialidade; Educação do campo.

ABSTRACT: The issues of rural identities need to be built on the specificities of the rural peoples, starting with the clarification that the recognition of their identities must first turn to the understanding that today the rural is another, requiring new policies and new treatments. As educators, we need to start construction a specific education, based on cultural roots, ways of life, relationship with the natural environment and the daily reality of each community, which obligatorily refers us to the analysis of the territory. One way to think about this situation is through public policies that aim at the maintenance of territoriality, traditions, parties, cuisine, among other manifestations. This text aims to analyze the constraints of territorialities that allow the sustainability of the rural people in their communities and that can be transformed into public policies

* Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da UFSC, integrante do Laboratório Cidade e Sociedade (LABCS) da UFSC e membro do Coletivo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Culturas, Ciências e Filosofia (CEUCI). Contato: silviobill@hotmail.com

based on praxis of the subjects in the processes of discussion. It is intended to observe some territorial conditions that influence the permanence of the rural population in their communities, the conditions of participation, participatory design, political will and the demands of the populations for the sphere of elaboration of public policies that aim at the improvement of the general conditions in their localities, from an analysis of the role that the State plays as a subject of the process in the elaboration of public policies, of the sustainability of the rural people in the countryside. Finally, consider the role that rural education plays in the field of policy proposals aimed at sustainability from different people in the field.

Keywords: Territory; Territoriality; Rural education.

INTRODUÇÃO

As questões ligadas às identidades do campo precisam ser construídas a partir das especificidades dos povos do campo, tomando como ponto inicial a elucidação de que o reconhecimento da identidade desses povos deve-se voltar primeiramente ao entendimento de que, hoje, o rural é outro e exige novas políticas e tratamentos. Enquanto educadores do campo, precisam partir para a construção de uma educação específica, cuja base são as raízes culturais, seus modos de vida, a relação com o meio natural e a realidade cotidiana de cada comunidade, o que, obrigatoriamente, remete à análise do território. Deve-se, contudo, observar o pretérito das realidades em questão – que geralmente são decorrentes de uma vivência de várias gerações, por vezes seculares – para não atropelar o curso da história e, dessa forma, preservar o que ainda há de identidade, resgatando aquilo que pode ser entendido como territorialidades rurais, para, então, propor políticas que possam ir ao encontro do que se almeja, enquanto realidade identitária dos povos do campo.

Parte-se do princípio de que é um desafio pensar as classes trabalhadoras do campo, com os seus próprios sujeitos, respeitando-se, portanto, seus passados, identidades, aspectos políticos, sociais e culturais. Uma das maneiras de pensar essa situação é por meio da elaboração de políticas públicas que objetivem a manutenção da territorialidade do campo, via tradições, festas, religiosidades, culinária, dentre outras manifestações. Políticas essas que possam garantir à mulher e ao homem do campo a sustentabilidade em seu *locus* de origem, com condições que sejam dignas,

viáveis e venham possibilitar conjunturas sustentáveis dos pontos de vista econômico, ambiental, social e político, mas que não sejam compensatórias, como apontam Arroyo et al. (2004):

[...] parte dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e se formar como humanos. Fazer do povo do campo e de seus processos de formação o ponto de partida para a formulação de políticas públicas educativas significa garantir o caráter popular dessas políticas e sua articulação com o projeto de país e de campo. (ARROYO et al, 2004, p. 14-15)

Partindo desse ensejo, este texto pretende analisar as características territoriais, sociais e naturais dos povos do campo de forma geral, na tentativa de apontamentos cujas possibilidades de identificação de traços com as territorialidades locais sejam viáveis, por meio dos diferentes contextos apresentados por Arroyo et al. (2004). Tal análise dar-se-á a partir de um olhar geográfico da temática; logo, o viés desta ciência far-se-á presente durante o desenvolver das análises efetuadas.

O objetivo aqui é analisar as condicionantes de territorialidades que possibilitam a sustentabilidade dos povos do campo em suas comunidades e possam ser transformadas em políticas públicas participativas a partir das práxis dos sujeitos envolvidos nos processos de discussão. Para tanto, pretende-se observar as condições territoriais (socioeconômicas, naturais e simbólicas) que influenciam a permanência ou não da população do campo em suas comunidades. Igualmente, serão analisadas as condições de atuação, principalmente o desenho participativo e vontade política, bem como as demandas das populações do campo para a esfera de elaboração de políticas públicas que visam à melhoria das condições gerais em suas comunidades. Isso a partir de uma análise do papel que o Estado desempenha enquanto sujeito do processo de elaboração de políticas públicas que objetivam a sustentabilidade dos povos do campo – no campo. Por último, mas não menos importante, almeja-se ponderar o papel que a Educação do Campo desempenha nas proposições de políticas públicas voltadas à sustentabilidade dos diferentes povos no campo.

Nesse aspecto, o texto em epígrafe terá como enfoque a temática integrativa entre a questão da inserção de políticas públicas que visam à manutenção de condições territoriais sustentáveis de permanência da população do campo em suas comunidades locais, e os modos de vida desses povos em seus territórios de origem. Para tanto, o estudo aprofundado do território e identidades locais, que remetam à territorialidade, e das condições para a manutenção digna dos povos no campo (políticas públicas) são fundamentais. Compreende-se que a boa abrangência dessas conjunturas territoriais é condição *sine qua non* às práticas de cidadania, tanto pelos trabalhadores do campo quanto pelos profissionais da Educação.

DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIDADE

Sendo este texto resultado do aprofundamento de algumas reflexões que emergiram a partir de uma releitura de dois trabalhos¹ nos últimos anos, buscar-se-á analisar e revisar alguns conceitos teóricos neles contidos, assim como as metodologias de implantação de políticas públicas, sobretudo as mais recentes, tanto no âmbito rural quanto no urbano. Conceitos como território e territorialidades devem, portanto, ser explorados; da mesma forma, a participação popular pode e deve ser inserida, de forma geral, consultiva e deliberativa, para elaboração de políticas públicas voltadas às populações do campo, principalmente as concernentes à Educação do Campo e a de proposições sustentáveis e viáveis à permanência digna dessas populações em suas comunidades locais. Assim como se considera ultrapassada a ideia de dicotomia/dualidade entre campo e cidade como realidades opostas, esta análise procurará esclarecer que, atualmente, deve-se pensar essas duas realidades como complementares, principalmente no viés socioeconômico, base de sustentabilidade para a vida no campo.

Tais reflexões vêm corroborar o momento de inflexão por que a Educação do Campo está passando; pois, se posta sob análise, ela surgiu

¹ *Percepção sobre o meio ambiente por parte de migrantes no manguezal do município de Palhoça – SC, 2005; e O Papel do Poder Público Local nos processos participativos de Planos Diretores em Santa Catarina, 2014.*

como uma conquista, a partir da pressão dos movimentos sociais (do campo), exatamente como uma política para garantir as condições necessárias ao desenvolvimento mais justo das comunidades camponesas. Dentro desse contexto, a possibilidade mais viável de discutir comunidades do campo passa pela questão da territorialidade, do cotidiano local e de sua inserção na cultura camponesa. Para além desse processo de conquista, a relação com as mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais que batalhavam por direitos à educação, saúde e terra. Dessa forma, existe um consenso de que, dentro dessas lutas, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros têm grande importância – há aproximadamente vinte anos, eles vêm lutando por espaços e dignidade dentro de seus acampamentos e assentamentos.

Hoje, no entanto, o momento do campo é de superação, ao mesmo tempo em que desafia a ideologia do capitalismo agrário, que vê o campo como o espaço geográfico do atraso e do contraditório, a partir de uma leitura urbanoide (VENDRAMINI, 2009). De tal modo que existe a capacidade de suplantação dessa visão distorcida por meio da educação, que pode, além de compreender esses territórios, garantir meios que visem à sustentabilidade dos povos por ela abrangidos.

Desse modo, entende-se ser possível associar alguns conceitos teóricos à práxis; conceitos direcionados à participação popular, com outros especificamente ligados à temática do campo e do rural. Essa hipótese é plausível por meio da análise da experiência participativa e de bibliografia correspondente à democracia participativa (AVRITZER & NAVARRO, 2003; LÜCHMANN, 2002), em que irão chamar de “condições para uma participação de qualidade”, a saber: vontade política, tradição associativa e condições institucionais, e das visões de território trazidas por Milton Santos, em sua obra *Por uma outra Globalização* (2008); por Rogério Haesbaert, em *O mito da desterritorialização*, de 2007; ou mesmo pela visão freireana de Educação do Campo. Em ambos os casos, o contexto da democracia participativa se faz presente, diretamente aliado às proposições de políticas públicas.

A partir deste preâmbulo teórico, parte-se da hipótese que existem várias políticas públicas voltadas à permanência da população rural no campo;

elas, porém, não atendem a todas as demandas que visam resgatar as raízes culturais, os modos de vivência, o cotidiano das comunidades. No que diz respeito à sua participação na elaboração de leis e documentos que regem as doutrinas rurais, Lima et al. (2013), em estudo recente publicado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), afirmam que suas pesquisas revelaram que alguns jovens reclamavam da falta de participação prévia, principalmente nas políticas de crédito, e que não eram ouvidos antes de as ações serem implementadas; ainda segundo os autores, elas [ações] são aplicadas de cima para baixo, e as necessidades das comunidades não são atendidas por esse modelo, cujos objetivos deveriam ser implantar políticas viáveis à sustentabilidade dos jovens em suas comunidades. Cabe ressaltar, contudo, que, em ambos os casos, os autores não ouviram seu público-alvo sobre a questão da territorialidade como um meio de viabilizar a permanência da população do campo, especialmente os mais jovens, em suas comunidades de origem.

De acordo com Oliveira Neto (2011), atualmente cresce o número de estudos na área de Geografia Agrária, especialmente aqueles que tratam dos processos de territorialização de comunidades camponesas. Em geral, “os estudos analisam como os sujeitos lutam pela tentativa de avançar a sua territorialização ou resguardá-la diante da ameaça à sua existência” (OLIVEIRA NETO, 2011, p. 1), contrapondo-se à imposição de uma lógica alóctone pautada no avanço do processo de acumulação do capital que busca reestruturar o território local. Da mesma forma que Lima et al. (2013), Oliveira Neto não busca a identidade territorial dos povos do campo, a partir do sentimento de pertencimento aos seus territórios, como uma viabilidade de manter os camponeses em seus locais originários.

Em ambos os casos, a dimensão territorial do campo torna-se um aspecto importante não apenas para a viabilidade de inserção de estudos sobre seus sujeitos. Há de se destacar, contudo, a dimensão que os autores dão para o contexto conceitual de território, principalmente no que diz respeito à temática socioeconômica, na qual, por um lado, há dois olhares distintos para este contexto.

Dentro dessa linha de raciocínio, opõem-se dois olhares sobre o

território: o que se baseia na lógica autóctone, em que a reprodução do grupo social está diretamente ligada aos modos de vida, à economia local, à produção material, à cultura, à identidade, aos saberes e ao tempo social que dão sentido à vida cotidiana e que demarcam o território como “abrigo” (SANTOS, 2008, p. 112). A outra concepção de território é formada por uma lógica alóctone, marcada pela visão estreita e unilateral ligada à reprodução do capital, que, por um lado, limita a vida à produção de mercadorias e, por outro, entende o território como “recurso” (SANTOS, 2008, p. 108).

Aqui, no entanto, o território é compreendido como uma dimensão social, contrapondo-se à concepção tradicional advinda da Geografia clássica, que o concebe como um mero espaço-suporte de elementos naturais a ser utilizado e dominado por um Estado nacional soberano, no processo de seu desenvolvimento político-territorial – ou seja: o conceito de território aqui apresentado vai ao encontro da visão autóctone de Santos (2008).

A abordagem territorial² possui sua importância para qualquer análise que se dedica à realidade social, na medida em que, como afirma Haesbaert,

[...] o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Pensar, pois, uma política que se propõe a compreender as especificidades dos povos do campo é conflitar com as dimensões territoriais e condicionantes de políticas públicas e confrontá-las, ao mesmo tempo, com as problemáticas que perpassam as realidades dos sujeitos do espaço do campo. Assim, o que leva à reflexão sobre as identidades territoriais no contexto da Educação do Campo está atrelado às relações que esses sujeitos estabelecem entre o trabalho, cotidiano, riquezas culturais e o território em que vivem. De tal modo, concorda-se com alguns autores (MUNARIM, 2006; CASTRO et al., 2013; OLIVEIRA NETO, 2011) sobre a necessidade do diálogo com a realidade social, econômica, ambiental e cultural, na qual estão inseridas as populações

² A discussão sobre a relação entre sociedade e território enseja, neste ensaio, um entendimento, ainda que inicial, sobre o processo de construção de territorialidades.

do campo.

Ao mesmo tempo, entende-se que a Geografia, enquanto ciência, pouco fez para ir além da compreensão das relações que esses povos estabelecem entre esses espaços de convívio. Logo, é fundamental entender como a identificação das forças que disputam esses territórios pode contribuir para uma prática científica emancipatória. Quais os elementos da Geografia que a tornam uma ciência indispensável para a construção de outra sociedade, que seja capaz de garantir a esses sujeitos as condições ideais, materiais e imateriais, para resistirem ao avanço do grande capital?

A valorização da dimensão territorial nas ações de produção do campo é a compreensão de que processos sociais e seus produtos são gerados a partir das relações, da estrutura fundiária e das funções que o campo apresenta previamente, de tal modo que elas são traduzidas nos quotidianos locais, ou seja, nas tradições, religiões, festas, alimentação, dentre outras.

É nesse contexto que se quer intervir, trazendo à discussão a importância de avançar no entendimento de uma formação socioespacial camponesa e de interpretar os resultados alcançados pela associação entre a luta desses sujeitos para garantir a permanência na terra e o seu território e a educação popular do campo. Para isso, no entanto, fazem-se necessárias a preservação e a recuperação de elementos de territorialidades, como os que este texto se propõe a identificar e analisar. Essa questão, contudo, remete aos conflitos territoriais.

Inseridos nesta realidade de grande complexidade e de conflitos, os camponeses precisam ser fortalecidos por projetos políticos que dialoguem com a realidade social local. E é nessa perspectiva que a Educação assume um importante papel no âmbito dos movimentos sociais, principalmente aqueles ligados às questões do campo, por meio de projetos e programas tais como “Escola da Terra”, “Pró-Jovem do Campo – Saberes da Terra”, em que Fernandes & Molina (2004) discorreram, afirmando que:

[...] por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades. (FERNANDES & MOLINA, 2004, p. 9).

Oliveira Neto (2011) corrobora a discussão, partindo do pressuposto de que a Educação é elemento fundamental à constituição do território rural em dupla dimensão: evitando que os filhos dos trabalhadores do campo tenham que migrar para a cidade para acessar um direito básico que deveria assistir a todos, que é a Educação; e porque a práxis educativa, em si, expressa concepções de desenvolvimento e de campo que, articuladas a outros elementos como o território, por exemplo, contribui para a desestruturação ou a reestruturação dessas formações socioespaciais.

Nessa conjuntura, a discussão sobre as comunidades rurais, a partir da territorialidade³, seus simbolismos, sua significância e da Educação torna-se importante, pois poderá suscitar debates de políticas públicas que podem vir a ser aplicadas, visando à manutenção dessa realidade, vital ao camponês e importante à cidade, porque manterá o sujeito do campo no campo, com seus afazeres e atribuições, produzindo, enquanto se evita o processo migratório à cidade, a formação de áreas vulneráveis socialmente, tão maléficas à sociedade de maneira geral.

O que se pretende aprofundar nestes escritos não é algo revolucionário, tampouco inédito, pois, no cenário nacional mais recente, a abordagem territorial encontra-se em evidência, devido ao reconhecimento de sua importância e de se considerar as diversidades socioculturais e territoriais na configuração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país. Este debate teórico e empírico é provocado, em grande medida, pelo protagonismo e reivindicação dos movimentos sociais, dos quais merecem destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). Isso pode ser exemplificado pelas recentes ações do extinto Ministério do Desenvolvimento

³ Neste texto, compreende-se a territorialidade como estando relacionada às implicações políticas, econômicas e culturais de determinado conjunto de ações humanas em suas localidades. Assim, analisar as condições econômicas que possam viabilizar a sustentabilidade local, bem como aspectos políticos e culturais a partir do cotidiano dos camponeses (festas, jogos, costumes, religião relação com o meio ambiente, entre outros) será fundamental para garantir um ambiente sustentável, principalmente para a juventude rural. Por outro lado, será importante refletir sobre a contextualização do campo, partindo do tripé de categorias de análise: identidade, cultura e território – isso será denominado de “identidade sociocultural”.

Agrário (MDA), por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, quando implementou, em 2008, o programa “Territórios da Cidadania”, para fomentar determinadas ações especificamente nos territórios do campo.

Nesse contexto, nosso entendimento sobre o território vai ao encontro do de Haesbaert (2007), o qual afirma que sociedade, espaço e território estão alinhados à mesma perspectiva, sendo, portanto, complementares, formando o que, na Geografia, identifica-se como dimensão socioespacial. Dessa forma, essa compreensão contrapõe-se à concepção tradicional e clássica, na qual o território seria “espaço-suporte de elementos naturais” usado pelo Estado, ou seja, apenas um elemento físico-natural. Nessa linha de raciocínio, pelo viés do social, o território é extremamente importante para a conformação daquilo a que se chama de territorialidade, ou seja, características culturais, sociais e físicas de determinada região.

O caráter do território concebido enquanto dimensão social é também discutido por Santos (2005), em seu ensaio *O retorno do território*, no qual afirma que “é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 15). Do que se compreende que o que faz o território ser objeto de análise social é a maneira como ele é utilizado pela sociedade, o que afirma a indissociabilidade entre território e sociedade.

Assim, não resta dúvida de que, do ponto de vista geográfico, discutir o conceito de território é importante. Inúmeros foram e são os autores que se dedicaram a essa árdua tarefa. Esta é uma dimensão, um objeto dessa ciência que nos ajuda a entender a realidade; porém, mais importante ainda é compreendê-lo como ferramenta para a análise de contextos sociais. Coerente com essa lógica, Santos (2005) proporciona relevante ajuda na compreensão do termo “território”, no qual, muito mais útil é analisá-lo a partir do uso que damos a ele, isto é, quais elementos de identidade podem caracterizá-lo como referência para a sociedade. Esses elementos são identificáveis no cotidiano das pessoas, nos seus modos e costumes, nos atos de religiosidades e de festas, nos trabalhos e nas formas de como fazê-lo, na vida comunitária, individual etc.

O termo “território”, enquanto base física é o que menos importa para uma teoria crítica de sociedade. Na verdade, o que implica é o debate, por

exemplo, entre os diferentes usos dele pelo agronegócio e pela agricultura familiar. Em outras palavras, o que é relevante, de fato, é a análise que se faz dele enquanto sendo uma construção dos diversos usos e intenções dos coletivos, movimentos e classes sociais. Esse processo, no entanto, é dialético, pois a sociedade produz o território assim como o território é uma dimensão que influencia a formação de identidades sociais (HAGE & OLIVEIRA, S/D).

Cabe, então, colocar em evidência o que se entende por território do campo: para melhor entendimento sobre o tema, será buscada em Saquet (2006) a explicação, na qual “territórios do campo” são entendidos como espaços que possuem dinâmicas naturais, produtivas, políticas sociais e culturais próprias, profundamente ligadas às dinâmicas dos territórios urbanos, estabelecendo com eles relações dialéticas que conformam a totalidade social: “Um não pode ser entendido sem o outro, numa relação complementar, dialeticamente definida” (SAQUET, 2006, p. 160).

Hage & Oliveira (s/d) complementam afirmando que os territórios do campo se constituem no plano da unidade na diversidade; na relação entre o que há de universal na lógica capitalista e o que há de particular relacionado às características naturais, produtivas, sociais, políticas e culturais próprias de cada relação socioterritorial, considerando que a própria singularidade desses territórios surge por meio da relação entre o universal e o particular.

Especificamente no caso do Brasil, os territórios do campo têm em comum o fato de serem espaços configurados por uma diversidade de populações, que convivem de forma complexa, histórica e dialeticamente, por meio de lutas e negociações, envolvendo os movimentos sociais na conquista e apropriação de seus territórios. Hage & Oliveira (s/d) resumem a questão, chamando a atenção para o fato de que:

Essa diversidade de populações e movimentos sociais, cada qual com seus modos de vida, contribui para que cada território do campo, em meio aos aspectos gerais produzidos pela totalidade das relações capitalistas, possua singularidades que os diferenciam uns dos outros e dos territórios urbanos (HAGE & OLIVEIRA, S/D, p. 2-3.).

A diversidade apontada pelos autores seguramente é vivenciada em todo o território brasileiro, ou seja, de grande diversidade de população, conflitos, movimentos sociais atuantes, entre outras, porém com agravantes em muitos casos: a falta de terra disponível para a manutenção dos seus pares nas comunidades. Especialmente em Santa Catarina, esta realidade, evidente e latente, desfaz o “mito” da distribuição fundiária no estado, na qual, muitas vezes, em famílias com três filhos, um deles tem que deixar o campo a passar a viver na cidade, fora de sua realidade, longe de sua família e vulnerável às mazelas urbanas.

Em estudos realizados pelo Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável (EduCampo/UFSC), Fórum Catarinense de Educação do Campo (2010, p. 10), “Desertos sociais emergem no campo, resultantes da migração de jovens, que provoca vazios demográficos, envelhecimento, masculinização da população rural e eliminação de instituições sociais locais, como, por exemplo, a escola do campo”. As consequências dessa realidade, trazidas pelo estudo, tendem a ser calamitosas em todo o território catarinense, pois, além disso, podem-se associar outros conflitos como o problema de gênero, questões ligadas à terra, saúde, educação, dentre outros.

Por outro lado, o território catarinense também possui como característica fundamental uma grande diversidade socioterritorial. Em relação aos territórios do campo, essa diversidade está, entre outros aspectos, essencialmente ligada à multiplicidade de populações que os habitam. Os povos catarinenses do campo são os assentados, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, cafuzos, pescadores artesanais, agricultores familiares, trabalhadores assalariados, arrendatários, dentre outros, de etnias e países diferentes, portanto, riquíssimos culturalmente. São populações que convivem por meio de uma teia complexa de relações, mobilizações e movimentos sociais. Essa teia, por sua vez, é formada pela conjugação de relações que são diversas e singulares aos territórios do campo com aquelas que são comuns à totalidade social.

Em estudo recente publicado pelo MDA, Castro *et al.* (2013) apresentam uma série de dados acerca da população de jovens rurais e o estudo para

melhor compreendê-los, além de suas necessidades e dificuldades. A pesquisa mostra quais têm sido as mudanças que estão acontecendo no campo desde o século passado, a participação dos jovens rurais nessas transformações e como a própria agricultura familiar, tão importante para a produção de alimentos para as famílias brasileiras, pode mudar por conta dessas modificações.

A pesquisa realizada pelos autores apresenta ainda as razões para que o jovem permaneça no campo (ou deixe-o) e quais são as suas principais necessidades. A influência de sua família sobre a decisão de ficar ou sair do campo também é considerada. As políticas de acesso à terra, ao crédito rural e à assistência técnica são mostradas, mas as conclusões demonstram que somente elas não dão conta dos anseios e medos desse público-alvo.

Em uma análise um pouco mais acurada da situação, é perceptível que, essencialmente, o jovem tem reclamado do alcance dessas políticas implementadas pelos governos (federal, estaduais e municipais), principalmente no tocante à sua participação no que diz respeito à consulta e deliberação prévias para a elaboração das minutas de lei e diretrizes políticas para o campo. Ou seja, os principais sujeitos do processo não estão sendo ouvidos previamente para a elaboração das políticas⁴ que deveriam lhes dar meios sustentáveis à vida no campo.

As políticas públicas, especificamente as do governo federal, voltadas para a Educação do Campo estão vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). Entende-se que esse ministério, apesar do diálogo que existia com o MDA, com o objetivo de construir políticas públicas para os territórios do campo, nas quais o processo educativo estivesse em sintonia com as particularidades territoriais, ainda não deu conta dessa demanda. Essa situação vem se precarizando ainda mais quando se consideram as reformas educacionais ocorridas recentemente, a (ir)relevância a que a SECADI vem

⁴ Ressalta-se que, no âmbito da legislação urbana, por exemplo, a lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) prevê a participação popular em todas as etapas do processo de um Plano Habitacional Local ou mesmo do Plano Diretor de um território municipal. Fato este que aconteceu graças à força dos Movimentos Sociais Urbanos.

sendo posta no atual governo federal, entre outras reformas previstas nessa esfera de poder.

Faz-se necessário, portanto, a implementação de ações concretas, de propostas e diretrizes, partindo das demandas dos povos do campo (participação popular), em forma de políticas públicas que visem à territorialização e, conseqüentemente, a manifestação de territorialidades.

Compreende-se, finalmente, a dimensão territorial como indissociável da social, sendo esta entendida em todos os seus aspectos, inclusive o educacional. Dessa forma, a diversidade socioterritorial do campo – com suas inúmeras populações, dinâmicas, movimentos sociais e territorialidades que, por vezes, se mesclam e confundem (camponeses, assentados, atingidos por barragens, trabalhadores assalariados, arrendatários, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, etc.) – devem colaborar com a formulação e efetivação de políticas educacionais para o território, sob pena de a educação e a escola se contraporem à diversidade socioterritorial das populações que vivem nessas comunidades, e não contribuir para o seu desenvolvimento social (HAGE & OLIVEIRA, S/D).

Dessa forma, o conceito de território torna-se importante e emerge desta reflexão. Um conceito polissêmico e que apresenta quatro dimensões: a) político ou jurídico-político; 2) cultural ou simbólico-cultural; c) econômico; e d) natural (HAESBAERT, 2011a). O que mais importa, contudo, são as questões ligadas às dominações culturais ou simbólico-culturais, econômicas e naturais, que, à luz desta análise, são fundamentais para a compreensão da territorialidade. É próprio da Geografia Rural o estudo da dimensão espacial do território do campo (realização material das relações sociais, dos símbolos, do econômico, das condicionantes naturais, sublinhando a função das relações de poder e o campo de coexistência contemporânea de uma multiplicidade). Logo, a territorialidade, a partir de questões locais, é essencial para o campo geográfico.

Em síntese, o desafio que o território traz consigo é o de entender e considerar a territorialidade como processo contínuo, que se encontra sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos. A Geografia oportuniza a chance de desenvolver essas qualidades nos sujeitos do campo,

quando trabalhada de forma direcionada e objetivada.

TERRITORIALIDADE E SUA RELAÇÃO COM CAMPO

Etimologicamente, o termo “territorialidade” deriva de “território”. A ideia de territorialidade aparece no âmbito de algumas ciências como Geografia, Sociologia, Psicologia Social, dentre outras. Nas ciências humanas de forma geral, pode-se dizer que se trata de uma conduta ou atitude que promove o território, ocupado por determinada comunidade, e, no caso do “homem”, essa promoção também está relacionada à cultura, tradições, modos de viver e conviver. A identificação permite uma aproximação com o espaço geográfico, a construção da identidade e o atendimento de suas necessidades, ou seja, o sentimento de pertencimento está inerente à qualidade de territorialidade. Conforme Claude Raffestin, o próprio Estado baseia-se no conceito de territorialidade.

Entre alguns conceitos que estão inerentes ao território a questão da identidade se destaca por seu caráter subjetivo, que remete ao conceito de pertencimento. As características de identidade não são distinguidas apenas pelo contexto sociocultural ou econômico-cultural ao qual uma comunidade encontra-se submetida, mas também pelas formas de apropriação do espaço e seu processo de produção, conforme assinala Haesbaert (2004):

[...] toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e seus grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, anunciada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação (HAESBAERT, 2004, p.107).

Além do recorte territorial aqui presente, as identidades se mostram em múltiplas relações sociais, podendo ser ressaltadas em diversas formas de manifestação: étnica, religiosa, nacional, sexual, camponesa, proletária, culinária. De tal forma que, para Paul Claval, ela pode ser entendida assim:

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder a uma questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gênero de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepção de natureza, do indivíduo e do grupo [...] (CLAVAL, 1999, p.15).

Pode-se reconhecer a identidade, conforme explica Castells (1999), como o processo de conhecimento de um determinado povo e sua fonte de significado como identificação simbólica, de tal maneira que é a construção da relação social em si, marcada por relações de poder. O autor apresenta três formas e origens de construção de identidade: a) a “identidade legitimadora”, compilada a partir das relações de poder e dominação por meio das instituições; b) a “identidade de resistência”, produto da austeridade ante a lógica de dominação, pondo-se de forma contrária à induzida pelas instituições da sociedade; c) a “identidade projeto”, que seria a construção de uma identidade a partir de um material cultural, capaz de redefinir o papel do indivíduo na sociedade, apta a transformar as estruturas sociais.

Como se pode perceber, os conceitos de identidade e cultura andam lado a lado, porém diferem um do outro. Apesar da nítida diferença entre ambos, pode-se afirmar que, na sua essência, os dois são complementares. Marx explica essa similaridade, elucidando o conceito de cultura e afirmando que este está diretamente ligado ao modo de vida das pessoas, sendo que o trabalho é o responsável pela sua produção.

Corroborando Bonnemaïson (2002), pensa-se a cultura pela ótica histórica, ou seja, representada pela síntese historicamente definida como a reminiscência daqueles que compõem o espaço geográfico, da construção de valores, de costumes, de modos e princípios, crenças simbólicas e formas de vida, que, como um todo, conformam um território.

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço. (Bonnemaïson, 2002, p.101-102).

Ainda nessa linha de raciocínio, Pena (1992) esclarece que a identidade atribuída a algum espaço geográfico pode ser definida por meio de quatro razões básicas: a) a naturalidade, ou seja, o que vai criar um vínculo de identidade com o local de nascimento; b) a vivência, conjeturada a partir das experiências dentro de um território ou de um espaço fronteiro; c) a cultura, qual seja a identidade baseada nas mais variadas práticas culturais; e d) a autoatribuição, ligada ao reconhecimento do sentimento de pertença,

pertencimento. Assim, “[...] uma vez que os referenciais territoriais instituídos podem ser diferentemente apropriados na construção de identidades, evidencia-se a multiplicidade e flexibilidade das identidades sociais” (PENA, 1992, p. 55).

Ao trazer este debate teórico para a área da Educação do Campo, pode-se afirmar que o que irá determinar a identidade desses povos são as relações de trabalho com a terra – que é o que lhes atribui uma identidade camponesa. Conforme Fernandes (2008) ressalta, eles disputam o território para garantir sua existência a partir de sua identidade. Nesse aspecto, o que se faz diversificado no campo são as territorialidades como as representações do tipo de uso do território – e não o território por si só.

Finalmente, é trazido à baila o pensamento de Saquet (2009), o qual afirma que a territorialidade compreende os contextos territoriais de desenvolvimento, sendo, portanto, um fenômeno social de um determinado grupo de indivíduos ou de grupos distintos, sobrecarregado de elementos fluídos no tempo e no espaço, construído a partir de identidades e influenciados por condições históricas e geográficas dos lugares.

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que sejam temporários, *do* e *no* espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em trama, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rural de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p.90).

Destarte, ao se analisar a territorialidade a partir do objeto geográfico territorial, devem-se considerar os seguintes processos, segundo o autor: os sujeitos sociais e suas múltiplas relações com o seu cotidiano nas diferentes escalas territoriais; a forma como ela se apropria simbólica e materialmente do espaço geográfico; as técnicas e suas evoluções tecnológicas que dão sustentáculos à relação sociedade x natureza (vide Milton Santos); as relações de poder e trabalho; os objetivos de cada atividade social; as relações homem x homem e homem x natureza; as continuidades e descontinuidades territoriais,

ou seja, a transtemporalidade; e as heterogeneidades e o que se tem em comum.

BREVE REFLEXÃO FINAL SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADE

A ideia inicial é de que esses debates e reflexões sobre o cotidiano do campo e das condicionantes territoriais possam influenciar a formação do futuro profissional da Educação do Campo, que, hoje, alinha-se com práticas profissionais condizentes à linha freireana, criando um conjunto heterogêneo e complexo de conhecimentos, de competências e de “*savoir-faire*” em relação à compreensão e à intervenção no fenômeno rural.

Essa necessidade de formação mais articulada dos futuros profissionais da Educação do Campo compreende que sua atuação deverá enfrentar duplo fenômeno: 1) a modificação das condições de ação pública, com a crise dos quadros tradicionais de ação e o enfraquecimento dos mecanismos clássicos de regulação dos processos rurais (ASSIS, 2006); e 2) a redefinição dos papéis e competências dos diversos atores sociais (SILVA, 2014), marcada pela consolidação de novas modalidades de organização dos processos decisórios e pelo alargamento das instâncias de interação entre os diversos agentes sociais do campo.

A prática da Geografia no ambiente do campo conheceu, portanto, mutações profundas nos últimos anos, principalmente no aspecto político: novas problemáticas, novos processos, novos agentes, novos conflitos, métodos e dinâmicas de ensino e aprendizagem, novos instrumentos de atuação. A atuação do professor e pesquisador nesta nova estrutura dialética é, portanto, superimportante. O mesmo se deve afirmar acerca do fortalecimento do papel da participação popular no campo; pois, ao lidar com processos participativos, obriga a uma reflexão: como passar de uma atuação coadjuvante e linear a um modo operacional baseado no diálogo, no jogo político e no conflito?

Alguns autores, dentre eles merece destaque Assis (2006), trabalham com o tema da participação no campo. Ele discute, em seu trabalho, o conceito de desenvolvimento sustentável e as possibilidades de sua implementação

diante das dificuldades que se apresentam com a globalização da economia, baseado em questões relacionadas às demandas de políticas públicas para a implementação de um processo de desenvolvimento rural sustentável, com base na ação local. Nessa obra, o autor trabalha a participação do agricultor familiar apenas por um mote: o viés econômico-produtivista. As demais condições apresentadas neste trabalho, ou seja, a territorialidade, a participação, dentre outras, não foram ainda exploradas exaustivamente, restando, portanto, uma.

Acredita-se que a integração entre a reflexão sobre o momento atual da situação sociopolítica no campo brasileiro e as práticas de ensino do curso de Educação do Campo possibilita oferecer uma formação socialmente mais comprometida dos futuros profissionais, já que a atuação do professor é fundamental.

Na busca pelo fortalecimento de uma educação que vai ao encontro dos camponeses, a Geografia, enquanto disciplina escolar, assume uma posição importante na leitura da relação sociedade e natureza no campo, em especial o catarinense. Essa ciência revela, na leitura sobre a relação sociedade e natureza, um potencial a ser discutido e apreendido na prática das escolas do campo.

Nesse processo, as identidades locais podem ser reforçadas pelo estudo do território, com suas entidades mais abstratas e distantes, como aquelas de âmbito nacional, ou somente as locais. A questão é como dar o peso apropriado aos diferentes agentes, uma vez que a economia política gera assimetrias de poder de ordem global e local, e a desigualdade de acesso dos diferentes estratos da população ao uso dos recursos econômicos, políticos e culturais torna-se mais complicada. A Educação, por sua vez, pode amenizar essa mazela. Nesse contexto, Campanhola & Silva (2000) chamam afirmam:

Não há regras para o envolvimento dos atores na elaboração e implantação do planejamento regional integrado. As estratégias têm que ser sintonizadas com as condições específicas da região considerada [...]. Para isso, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 26).

Entende-se, contudo, que esse processo deve ser dinâmico, para que

qualquer decisão possa ser revista durante o transcorrer das atividades programadas, pois é muito comum haver frustrações e decepções, com conseqüente dissolução do grupo, devido às falhas e omissões no transcorrer do processo. Logo, há necessidade de haver flexibilidade institucional e organizacional.

Ainda de acordo com Campanhola & Silva (2000), há duas visões distintas sobre a participação: uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões; a outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção institucional. Ambas as visões corroboram aquilo que se pretende levar como o principal foco nesta pesquisa: estudar as condições socioterritoriais para elaboração de políticas públicas voltadas à sustentabilidade da população do campo, a partir de um modelo participativo, envolvendo todos os sujeitos locais.

Enfim, acredita-se que, por meio da Educação, todos os aspectos mencionados serão possíveis; pois, a partir de uma visão freireana, ou seja, do aprendizado em conjunto e da coerência, a teoria poderá nascer da prática, principalmente pela busca do aprendizado coletivo.

Ainda nesse contexto, apesar dos avanços, acredita-se que existe um grande hiato nas discussões e, principalmente, nas práticas realizadas em termos de ensino de Geografia e Educação do Campo. Assim, a academia pode oferecer inestimável contribuição para a formação e discussão socialmente ampliada das formas de elaboração de políticas públicas voltadas aos povos do campo. Oferecendo às populações do campo, com enfoque nas lideranças sociais existentes e nos jovens, instrumentos de análise e intervenção direta na realidade de suas comunidades, a academia possibilita uma maior integração do saber científico sobre o campo com outros saberes considerados essenciais.

A questão da necessidade de saberes confiáveis para intermediar o conhecimento no espaço rural está, desde há muito tempo, colocada. As reflexões sobre a arte de coordenar os saberes locais, de ser proativo com esses sujeitos, contêm, na essência, o questionamento sobre as relações evolutivas entre os detentores do conhecimento técnico e científico, os

responsáveis políticos e os cidadãos. Mas, atualmente, a que servem os “experts” na produção da ação pública? Quais são as razões e os efeitos do recurso à “expertise”, tendo em vista que o domínio aparente de saberes determina largamente tanto o exercício do poder político quanto, muitas vezes também, sua contextualização?

Talvez a nova legitimidade da atuação dos professores de Geografia da Educação do Campo esteja na sua capacidade de articular o conhecimento científico e do ensino com as novas exigências impostas pelas práticas participativas. Evitando o que Bourdieu (1995) chama de visão de elite:

Esta oposição entre a visão a longo termo da “elite” esclarecida e os impulsos de curta projeção do povo ou de seus representantes é típica do pensamento reacionário de todos os tempos e de todos os países; mas ela ganha, hoje, uma nova forma, com a nobreza do Estado, que constrói a convicção de sua legitimidade nos títulos escolares e na autoridade da ciência, econômica principalmente: para estes governantes do direito divino, não apenas a razão e a modernidade, mas também o movimento, as transformações, estão do lado dos governantes, ministros, patrões e especialistas; a insensatez e o arcaísmo, a inércia e o conservadorismo estão do lado do povo, dos sindicatos, dos intelectuais críticos.

Para tanto, julga-se essencial o desenvolvimento de atividades diversas com esse público específico cuja finalidade seja de letramento, projetos de formação na área de ensino, do científico e da extensão, que possam oferecer uma via de mão dupla, tanto para os agricultores camponeses de forma geral, que podem contribuir/usufruir no/do conhecimento construído na academia, quanto para a formação da cidadania, podendo absorver um grau mais elevado de compreensão das dinâmicas e processos sociais que condicionam suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ligadas às identidades do campo precisam ser construídas a partir das especificidades dos povos do campo. O estudo do território é, sem dúvida, um componente que pode contribuir de forma significativa para a compreensão desse fenômeno do campesinato.

Para tanto, alguns “mitos” devem ser rompidos, quebrados. Um deles é a questão da dualidade contraditória em que campo e cidade são antônimos,

visão arcaica e urbanoide que deve ser corrigida para que os povos do campo possam ter os mesmos tratamentos e o reconhecimento da sociedade brasileira em matéria de direitos, de acesso a critérios que lhes deem condições de sustentabilidade e, acima de tudo, de serem reconhecidos como cidadãos de fato.

A visão de que o campo é o lugar do atraso, do obsoleto, e que o urbano é o local do desenvolvimento, dos avanços, da tecnologia – concentrando, portanto, o que existe de melhor da sociedade – há alguns anos vem sendo combatida por vários autores. A cultura camponesa, genialidade do homem do campo, além de sua importância para a agricultura familiar, que praticamente sustenta o país, tem colocado no mesmo nível de estima esses dois *locos* geográficos. No entanto, ainda perdura essa ideia distorcida da realidade camponesa. Contribuir para a superação dessa visão é um papel que recai aos profissionais e intelectuais que convivem com essa realidade. Por conseguinte, os educadores do campo têm uma função primordial nesse embate de conceitos, fazendo com que os povos do campo sintam-se valorizados e respeitáveis no seio da sociedade. O estudo da territorialidade, a partir de componentes culturais, do sentimento de pertencimento à sua comunidade, indubitavelmente faz parte desse processo.

Buscar instrumentos e ferramentas legais que aproximem esses povos de um ambiente mais democrático, no qual o cidadão camponês possa ter voz e vez no esboço de políticas públicas, é outra forma de tentativa de aproximação de uma cidadania completa. Assim, o “urbano”, bem como seus movimentos sociais e entidades sindicais têm muito a contribuir. *O Estatuto da Cidade* (Lei Fed. 10.257/2001), por exemplo, criou uma série de ferramentas e instrumentos urbanísticos que facilitam a participação da sociedade, coletiva e individualmente, na elaboração de políticas. A intenção de ensaiar aqui esta temática é na tentativa de suscitar ideias que possam ir ao encontro desse anseio. Estudos recentes mostram, especialmente entre os jovens, a necessidade de eles serem ouvidos previamente. Não basta apenas a aplicação de programas, políticas e projetos no modelo *up-down*; precisa-se, urgentemente, de modelos participativos do tipo *bottom-up*, no qual os atores do campo sejam ouvidos e considerados.

Dentro dessa perspectiva, o estudo da territorialidade local, considerando os aspectos culturais, torna-se uma ferramenta imprescindível. As contribuições de Claval (1999) aqui apresentadas oferecem um norte de como as identidades rurais manifestam-se em múltiplas relações sociais, podendo ser ressaltadas em variadas formas de manifestação: étnica, religiosa, sexual, culinária, festas típicas, danças, dentre outras.

Como mencionado anteriormente, a questão da identidade se destaca por seu caráter subjetivo e que remete ao conceito de pertencimento. As características de identidade não são distinguidas apenas pelo contexto sociocultural ou econômico-cultural ao qual uma comunidade encontra-se submetida, mas também pelas formas de apropriação do espaço geográfico e seu processo de produção. Existe, portanto, uma diferença entre ambos, e pode-se afirmar que, na sua essência, os dois são complementares. Essa similaridade é explicada por Marx, que a esclarece a partir do conceito de cultura, inclusive afirmando que este está diretamente ligado ao modo de vida das pessoas, sendo o trabalho o responsável pela sua produção.

Por fim, enfatiza-se o papel da Educação do Campo nesse processo. O primeiro grande desafio a ser encarado por ela dar-se-á na tentativa de superação do atual momento do campo brasileiro, em que, ao mesmo tempo em que desafia a ideologia do capitalismo agrário, que vê o campo como o espaço geográfico do atraso e do contraditório, a partir de uma leitura distorcida da realidade, ela possa também garantir meios que visem à sustentabilidade dos povos por ela abrangidos.

Outro desafio é formar educadores comprometidos com a realidade campesina brasileira, dispostos, a partir do viés educativo e de pesquisa, a buscar meios para superar os limites impostos pelo capital agrário ao desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, devem-se trabalhar as mais diversas culturas locais, que vão desde a produção de alimentos até as variadas maneiras de divertimento, alimentação etc.

O papel da Educação do Campo e, logo, de seus educadores é desafiador na perspectiva em que o campo e seus sujeitos necessitam de políticas públicas capazes de superar o atual momento de inflexão político-econômico. Buscar alternativas de sustentabilidade viáveis para a manutenção

do homem do campo na sua comunidade e de superação desse momento torna-se uma missão prioritária para a Educação do Campo, para além dos bancos de escolas. Nesse aspecto, o estudo das territorialidades culturais pode ser uma via.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. et al. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista Economia Aplicada**. Econ. Apl. vol.10 no.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006 (*On-line version* ISSN 1980-5330). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>> Acesso em 05 de jan. 2016;

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni. (ORG.). **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Discurso aos trabalhadores ferroviários em greve na Estação de Lyon. 12 dezembro de 1995.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999. Tradução Klauss Brandini Gerhardt.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. [et al.]. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

CLAVAL Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano I, Nº 2, Dezembro de 1999.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Contribuições Para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação nacional para uma educação do campo, 2004.

_____. Sobre a tipologia do território. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FÓRUM CATARINENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FOCEC). Bases para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo de Santa Catarina. **Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável** – EduCampo/UFSC, ago. 2010

HAESBAERT, R. O espaço importa dilemas da construção identitárioterritorial na contemporaneidade. In: BASTOS, L. C; LOPES, L. P. M. (Org.). **Estudos de identidade: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011a. 396p.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Des-caminhos e perspectiva do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Territórios e desenvolvimento: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

HAGE, Salomão M. OLIVEIRA, Lorena M. M. de. **Território, políticas públicas e educação do campo na Amazônia paraense: o protagonismo dos movimentos sociais em debate**. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/curriculoemmovimentopara/territorio-politicas-pblicas-e-educao-do-campo-na-amaznia-paraense-o-protagonismo-dos-movimentos-sociais-em-debate-salomo-mufarrej-hage>. Acesso em 04 de jan. 2016.

LIMA, Suzana M. Valle [et al.]. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural**. NEAD Estudos; 25. Brasília: MDA, 2013. 184p.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa PPGSP/UFSC**, nº 33, novembro de 2002. ISSN – 1677-7166

MUNARIM. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília/MDA, 2006.

OLIVEIRA NETO, Adolfo. O território e sua relação com a educação do campo em comunidades rurais - ribeirinhas na Amazônia. **Revista Maré** – Ano I, nº1, 2011. Memórias, imagens e saberes do campo - ISSN 2237-9509. Disponível em: <http://educampoparaense.eform.net.br/revistamare/>. Acesso em 04 de jan. 2016.

PENA, Maura. **O Que Faz Ser Nordestino: Identidades Sociais, Interesses e o “escândalo” Erundina.** São Paulo, Ed. Cortez, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo, Ed. Atica, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 17ª ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2008.

_____. O retorno do território. En: **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 07 de jan. de 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudeste paranaense. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A. & SPOSITO, Eliseu S. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** São Paulo, Expressão popular, 2009.

SILVA, Sílvia D. M. da. **O papel do Poder público Local nos processos participativos de Planos Diretores em Santa Catarina.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, SC, 2014.

_____. **Percepção sobre o meio ambiente por parte de migrantes no manguezal do município de Palhoça - SC.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

VENDRAMINI, Celia R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. In: COUTINHO, A. F. **Diálogos sobre a questão da Reforma Agrária e as políticas de Educação do campo.** São Luis: Edufma, 2009. Disponível em:
<https://artenocampo.files.wordpress.com/2014/07/vendramini-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf> Acesso em 28 jan. 2016.

Recebido em: 27/03/2018

Aprovado em: 28/07/2018